

Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 1/2018/COAPP/SAS  
Documento nº 00000.002505/2018-46

<b>Assunto:</b> 7ª Oficina de Acompanhamento e Planejamento do Progestão no MS.
<b>Nº do Processo Progestão:</b> 02501.000943/2013-40
<b>Evento:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input type="checkbox"/> Videoconferência
<b>Local:</b> Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) <b>Cidade:</b> Campo Grande/MS
<b>Data:</b> 14/11/2017
<b>Instituições participantes:</b> IMASUL e ANA.

## Relato

1. A oficina ocorreu no Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) do IMASUL, localizado no Parque das Nações Indígenas em Campo Grande. Participaram os técnicos e bolsistas do Instituto, conforme lista de presença anexa. Na parte da manhã foram discutidas as metas de cooperação federativa, bem como apresentadas as propostas do 2º ciclo do Progestão, ao qual o estado deverá manifestar adesão e assinar novo contrato em 2018, caso haja interesse. No período da tarde foram discutidas as metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual.

2. Com relação às metas de cooperação federativa, destacam-se:

Meta 1.1 - Integração das bases cadastrais: ao todo já foram emitidas 402 portarias de outorga de direito de uso dos recursos hídricos para captação ou lançamento relativos a 480 pontos cadastrados. Destas portarias, seis referem-se à desativação de poços. Os técnicos do IMASUL pretendem fazer o upload da planilha no CNARH 40 em dezembro para dar tempo de ajustar os possíveis erros. Assim, gostariam de obter a planilha de upload com antecedência.

Meta 1.2 - Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas: foi implementado no sistema do IMASUL os dados complementares de poços exigidos para o cumprimento dessa meta. A planilha será gerada com todos os dados exigidos e será feito o upload no CNARH. Houve um questionamento sobre a necessidade de se enviar para o CNARH usuários cadastrados de forma temporária, sem ter a outorga final, pois o estado possui o instrumento de autorização para a construção de poços que não possui todos os dados necessários para compartilhamento no CNARH e somente após esta autorização é que se emite a outorga. Assim, entendem que os dados ficam incompletos no CNARH e, por este motivo, poderiam ser penalizados em função da falta de dados. A dúvida surgiu em função do Informe que aponta "Esta meta consiste em compartilhar as informações sobre os usos de águas subterrâneas regularizados pelo estado, incluindo as outorgas de uso, os usos insignificantes e as autorizações de perfuração de poços ou instrumento administrativo correspondente".

Meta 1.3 - Contribuição para difusão do conhecimento: as informações solicitadas pela ANA, cujo prazo foi até 15/11/2017, já foram enviadas.

Meta 1.4 - Prevenção de eventos hidrológicos críticos: a meta vem sendo cumprida em conformidade com o previsto.

Meta 1.5 - Atuação para segurança de barragens: necessidade ainda de regulamentar a Lei nº 12.334/2010, no âmbito do estado, em relação ao Plano de Ação Emergencial - PAE (inciso VII, Art. 8º) e Revisão Periódica de Segurança de Barragem (Art. 10). Houve um questionamento sobre a necessidade de se enviar a planilha com todas as barragens cadastradas para a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens (RSB). Os técnicos do IMASUL se preocuparam em completar o SNISB, e não complementaram a planilha de cadastro das barragens, uma vez que, segundo eles, a meta do Progestão se referia apenas ao cadastro no SNISB. No entanto, no Informe Progestão 02/2017 foi solicitado o envio de informações necessárias para a elaboração

do RSB. Ao total foram cadastradas, no SNISB, em torno de 38 barragens das barragens cadastradas.

3. Com relação às metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual, destaca-se:

Meta II.1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social: com relação à organização institucional, os técnicos apontaram que não há perspectiva de realização de concurso público. A parceria com a FUNDECT, para a contratação de 18 bolsistas, poderá não ser renovada, pois existe um questionamento no Ministério Público de que o estado está contratando sem concurso por meio de bolsas. Sendo assim, o IMASUL poderá realizar o aditamento da atual colaboração, mas ainda não tem definição sobre a possibilidade de renovação para o Progestão II. Estudam a possibilidade de contratação temporária. Com relação à gestão de processos, foi apontado que está em andamento a revisão do manual de outorga e da descrição do passo a passo do sistema de outorgas. Sobre o arcabouço legal destaca-se que foi publicado um Decreto Estadual designando que o valor arrecadado com a emissão de outorgas será destinado ao IMASUL, sendo 10% reservado para o Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Quanto à comunicação social e difusão foi destacado que não existe mais uma assessoria de comunicação no IMASUL, apenas na Semagro, dificultando as ações de comunicação e difusão na área de recursos hídricos, permanecendo somente as ações pontuais já existentes. Com relação à capacitação setorial, os técnicos argumentaram que o Plano de Capacitação já foi elaborado, mas não foi formalizado. Um dos problemas apontados é a inexistência de um setor responsável por implementar ações de capacitação no IMASUL, dificultando a implementação do referido plano. Os técnicos também solicitaram que o resultado do Projeto DesenvolveRH, em que participaram de várias oficinas, fosse disponibilizado aos participantes.

Meta II.2 - Variáveis de Planejamento: com relação ao balanço hídrico foi destacado que ainda faltam estudos que considerem os aportes de águas subterrâneas. Sobre o planejamento estratégico, os técnicos apontaram que provavelmente haverá uma revisão do planejamento existente. No entanto argumentou-se que o planejamento estratégico não é devidamente incorporado na prática pelos servidores e dirigentes da instituição. O Plano Estadual de Recursos Hídricos precisa ser revisado, mas não há recursos no estado para essa atualização. Já foram solicitados recursos junto à SRHQ/MMA e ANA, mas sem sucesso. Quanto aos planos de bacia, observa-se que o estado possui três comitês instalados e em funcionamento e dois desses já elaboraram seus planos de bacia, faltando apenas um, o Comitê do Santana Aporé, na bacia do rio Paranaíba. Com relação ao modelo e sistema de suporte à decisão em recursos hídricos, foi informado que o sistema estadual de informações vem sendo atualizado e melhorado continuamente e argumentaram que há ainda a necessidade de disponibilizar algumas informações ao público externo para facilitar os pedidos de outorga.

Meta II.3 - Variáveis de Informação e Suporte: com relação à variável base cartográfica, os técnicos informaram que existe uma codificação própria e necessitam validar a cartografia DSG na escala 1:100.000 para fazer a otocodificação. Sobre o cadastro de usuários, foi informado que existem mais de 8.000 cadastros vigentes no sistema do IMASUL. Quanto ao monitoramento hidrometeorológico, foi informado que existe um planejamento de ampliação da rede, mas não existem recursos para tal. Por outro lado, a ampliação da rede de qualidade da água está prevista e será implementada por meio de termo de aditamento ao contrato do Qualiágua. Já em relação ao sistema de informações, os técnicos necessitam acessar a base de dados do Siriema para conseguir implementar algumas ferramentas de suporte à decisão para a outorga, pois verificaram que há a necessidade de ampliar o sistema para uso externo. Para a meta de pesquisa, desenvolvimento e inovação, o IMASUL buscou apoiar a UFMS na proposta para participar do Profógua, mas a mesma não foi selecionada.

Meta II.4 - Variáveis Operacionais: com relação à outorga, os técnicos verificaram que mais de 15% do universo de usuários são cadastrados, considerando os usos insignificantes. Verificou-se, também, no caso de gestão de eventos hidrológicos críticos, a formalização de protocolos que

definem os procedimentos das instituições envolvidas em caso de ocorrência de eventos hidrológicos críticos (secas e inundações).

#### **Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas**

4. Será solicitado à ANA o resultado final do processo de construção do DesenvolveRH.
5. Será enviado um questionamento à ANA sobre os tipos de usuários de águas subterrâneas que devem ser cadastrados no CNARH, pois no Informe Progestão 02/2017 é solicitado que sejam cadastradas informações sobre os usos de águas subterrâneas regularizados pelo estado, incluindo as outorgas de uso, os usos insignificantes e as autorizações de perfuração de poços ou instrumento administrativo correspondente. O estado possui tanto a outorga quanto a autorização para a perfuração. O questionamento contempla a necessidade de se cadastrar as autorizações de perfuração de poços, uma vez que, neste caso não são disponíveis os dados solicitados no CNARH, pois este mesmo poço será novamente cadastrado após receber a outorga. O questionamento será feito por meio de ofício ou por e-mail.
6. Para facilitar as análises de outorga, a gerência de recursos hídricos do IMASUL fará uma solicitação à área de Tecnologia da Informação (TI) para disponibilizar informações sobre a vazão específica ao público externo. Além disso, será solicitado também, o acesso dos técnicos da gerência ao banco de dados do Seriema para assim conseguirem implementar ferramentas para facilitar as análises dos processos de outorga.

#### **Conclusões**

7. O estado de Mato Grosso do Sul vem se empenhando bastante para o cumprimento das metas e em todos os anos atingiu índices superiores a 98% de alcance. Os recursos do programa vêm sendo utilizados na contratação de bolsistas para atuarem diretamente na implementação das metas do programa. Anteriormente ao Progestão, muitos instrumentos da política estadual de recursos hídricos não haviam sido implementados, destacando a outorga e o sistema de informações. Atualmente estes instrumentos estão funcionando plenamente.
8. Apesar do quadro reduzido de pessoal, foi possível, por meio de contratação de bolsistas, avançar na gestão de recursos hídricos e dar ao estado maior controle sobre seus recursos hídricos. No entanto, a contratação de bolsista ainda é uma solução precária e há a necessidade de realização de concurso público para possibilitar a atuação do estado nas ações relativas à busca da segurança hídrica, além de garantir uma gestão adequada em momentos de ocorrência de eventos hidrológicos críticos, tanto de secas como de enchentes.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
BRANDINA DE AMORIM  
Gestora do Contrato nº 089/ANA/2013  
Portaria ANA nº 345, de 05 de outubro de 2015

Ciente. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)  
LUDMILA ALVES RODRIGUES  
Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

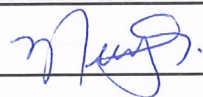
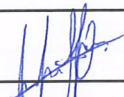

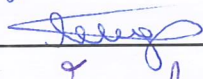
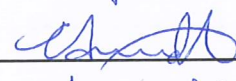
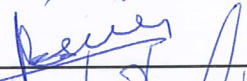
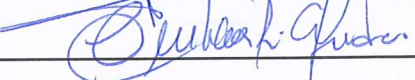
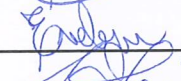
(assinado eletronicamente)  
CARLOS MOTTA NUNES

Superintendente Adjunto de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

LISTA DE PRESENÇA

7ª OFICINA DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO PROGESTÃO

IMASUL/MS, 14 DE NOVEMBRO DE 2017 (08:00h – 18:00h)

	Nome do Participante	Instituição	Telefone	e-mail	Assinatura
1	Márcia C. Caires Rodrigues	IMASUL	3318 6143	mcaires@imasul.ms.gov.br	
2	Auleyana Neves Aaramaqui	IMASUL	3318.6033	jaramaqui@imasul.ms.gov.br	
3	Juarez Marques Cardoso	IMASUL	3318 6140	jmc Cardoso@imasul.ms.gov.br	Juarez M. Cardoso
4	Elindomir M. Ceccatto Jr.	Imasul	3318-6140	ceccatto@imasul.ms.gov.br	
5	Kauã Nascimento de Paula	Imasul	3318.6141	ksouza@imasul.ms.gov.br	Kauã Nascimento de Paula
6	Pedro MARCONDES MACHADO	IMASUL	3318-6143	pmachado@imasul.ms.gov.br	
7	Camilla Ferreira serratine	IMASUL	3318-6141	CSERRATINE@IMASUL.MS.GOV.BR	Camilla ferratine
8	Cleuzer Joa. Gomes Viana	IMASUL	3318-6140	cviana@imasul.ms.gov.br	
9	Jeverson Vasconcelos de Souza	Imasul	3318-6147	jsouza@imasul.ms.gov.br	Jeverson Vasconcelos
10	LUCIANO JIKIMURA	IMASUL	3318-6085	LJIKIMURA@imasul.ms.gov.br	Luciano Jikimura
11	Allyson Yugo Ishioka	Imasul	3318-6033	aishioka@imasul.ms.gov.br	Allyson
12	DOUGLAS F. CARLOS MACENTE	IMASUL	3318 6033	DFMACENTE@IMASUL.MS.GOV.BR	Douglas F.C. Macente
13	ANGELICA HARALAMPIDOU	GRH/IMASUL	3318 6085	aharalampidou@imasul.ms.gov.br	Angelica
14	Elizabeth Arndt	GRH/IMASUL	3318 6034	e.arndt@imasul.ms.gov.br	
15	LEONARDO SAMPAIO COSTA	GRH/IMASUL	3318 6046	lcosta@imasul.ms.gov.br	
16	CRISTIANE ROUSSEAS DE ALMEIDA	SGI   SGP/MS	3318.3555	CRALMEIDA@FAZENDA.MS.GOV.BR	
17	Evelyn Camila Passadiao Pontine	SGI	3318 3555	epontine@fazenda.ms.gov.br	
18	João Levi Colares Garcia	GRH/Imasul	3318-6033	jlevi@imasul.ms.gov.br	João Levi Colares Garcia

## 7ª OFICINA DE ACOMPANHAMENTO E PLANEJAMENTO DO PROGESTÃO – MATO GROSSO DO SUL

<b>Local:</b>	Sede do IMASUL-MS
<b>Data:</b>	14/11/2017
<b>Objetivo:</b>	Planejamento de ações para aprimorar a gestão dos recursos hídricos no estado e atingir os níveis das variáveis previstas no Progestão, conforme Quadro de Metas aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, bem como a avaliação do andamento das atividades.
<b>Público alvo:</b>	Deverão participar da oficina os responsáveis pelas ações relacionadas às variáveis de gestão previstas no Quadro de Metas integrante do Contrato Progestão, no âmbito do <b>Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul (SEGREH-MS)</b> e aqueles responsáveis pelo cumprimento das metas de cooperação federativa, além de <b>membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos</b> envolvidos com a avaliação das metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual.
<b>Resultados esperados:</b>	Espera-se, ao final dessa oficina, o estabelecimento de ações que permitam a consecução das metas de cooperação federativas e de gerenciamento em âmbito estadual pertinentes ao Progestão e consequente aprimoramento da gestão dos recursos hídricos no estado de Mato Grosso do Sul com horizonte de planejamento até final de 2017.
<b>Metodologia:</b>	<p><b>Análise das metas</b> – realizar uma análise crítica de cada uma das 5 metas de cooperação federativa bem como de cada nível das variáveis das metas estaduais previstas no Quadro de Metas, identificando as dificuldades e os desafios.</p> <p><b>Identificação de ações</b> – levantamento das atividades, ações e encaminhamentos necessários para atingir e/ou manter os níveis propostos no Quadro de Metas do Progestão, dentro do prazo de execução do programa, identificando os responsáveis, os prazos e as possíveis fontes de recursos necessários.</p> <p><b>Estabelecer forma de atuação</b> – definir ações e estratégia para atingir a consecução das metas.</p> <p><b>Identificação dos responsáveis</b> – identificar os pontos focais e/ou responsáveis pelas ações previstas no Quadro de Metas do Progestão.</p>
<b>Infraestrutura Necessária:</b>	Sala de reunião compatível com a quantidade de pessoas convidadas e projetor para apresentações em PowerPoint.

### PROGRAMAÇÃO

**Dia: 13/11/2017 (Segunda-feira)**

**08h – 12h**

- Avaliação do atingimento das metas de cooperação federativas (Conjuntura; Eventos críticos - sala de Situação e PCDs; CNARH; Águas Subterrâneas; Segurança de Barragens) em 2017 e;
- Apresentação do 2º Ciclo do Progestão.

**14h – 18h**

- Avaliação do cumprimento das metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual para o 5º Período de Avaliação (2017);
- Identificar desafios que poderão comprometer o cumprimento das metas de gerenciamento de recursos hídricos para o 2º Ciclo do Progestão.
- Avaliação da utilização dos recursos financeiros do Progestão já utilizados e avaliar as possíveis aplicações para o 2º Ciclo do Progestão;
- Esclarecimento de dúvidas sobre os Informes.